

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.894 - SP (2019/0180831-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : L Z D
ADVOGADO : FERNANDA BOTELHO DE OLIVEIRA DIXO E OUTRO(S) - SP184090
AGRAVADO : A L D (MENOR)
REPR. POR : F L
ADVOGADOS : FÁBIO SIMÕES ABRÃO - SP126251
MARIA GABRIELA MEIRELLES SOUSA PINTO - SP251744
ALINE GARCIA COSTA - SP331698

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interno interposto contra decisão da Presidência que não conheceu do agravo em recurso especial por intempestividade.

O agravante afirma haver comprovado, no ato da interposição do recurso especial - tirado em autos de agravo de instrumento no qual se discutiam alimentos provisórios -, a suspensão dos prazos no período de 24 a 30 de maio de 2018 (greve dos caminhoneiros), bem como nos dias 31 de maio de 2018 e 1º de junho de 2018 (*Corpus Christi*). Em seguida, informa a perda de objeto recursal, diante do julgamento da ação principal, pleiteando, ainda, o afastamento da majoração dos honorários de sucumbência.

É o relatório. Decido.

2. Diante da notícia, por ambas as partes, do julgamento de mérito na ação principal, julgo prejudicado o recurso.

Nada a prover quanto ao pedido de reconsideração da decisão da Presidência no que concerne aos honorários advocatícios, pois a determinação nela contida foi clara ao afirmar que a referida majoração seria devida apenas para o caso de existir prévia fixação de honorários advocatícios na origem, o que não se verificou na espécie.

3. Dê-se a respectiva baixa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator